

Sobre Viver a Cidade em Risco: experiências em uma Barão de Cocais em estado de alerta

About living the city at risk: experiences in a Barão de Cocais on alert

Charles Santos Gonçalves – Universidade Federal de Ouro Preto | Barão de Cocais | MG | Brasil | E-mail: charles.santtos@yahoo.com.br | <https://orcid.org/0000-0003-2535-983X>

Ana Carolina Lima Santos – Universidade Federal de Ouro Preto | Mariana | MG | Brasil | E-mail: outracarol@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-6973-6401>

Resumo: Este texto se constitui como um relato sobre Barão de Cocais, município do interior mineiro que desde o começo de 2019 convive com o medo de ser afetado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração, pertencente à Vale. Para tanto, algumas reflexões teórico-conceituais sobre a textualidade urbana, entendida como historicamente construída pela organização política e econômica da sociedade, são empreendidas. Junto a elas, traça-se uma retrospectiva da constituição da urbe atrelada à atividade minerária, que a máquina. Em seguida, são descritas as condições do espaço na atualidade, em suas interações e intervenções produzidas pelo risco iminente, o que se faz, metodologicamente, a partir da própria vivência na cidade. Objetiva-se, com isso, propor uma leitura da cidade, ela mesma fenômeno comunicacional. O que se empreende daí, em uma dimensão prática, aponta a tomada de consciência histórica que envolve a percepção do passado, presente e futuro que se chocam.

Palavras-chave: Leitura da cidade. Narrativa. Experiência. Barão de Cocais. Mineração.

Abstract: This text is a report about Barão de Cocais, a town in the countryside of Minas Gerais that since the beginning of 2019 is dealing with the fear of a potential rupture of a tailings dam that belongs to the multinational corporation Vale. In the paper, some theoretical and conceptual reflections about urban textuality are made, in order to understand the city as a historical construction based on the political and economic organization of society. A retrospective, from the constitution of Barão de Cocais settled on mining activity, is also made. Besides that, the current conditions of the place are described, molded by interactions and interventions induced by the imminent risk. The description is built from the experience in the town. The objective is to propose a reading of the city, as a communicational phenomenon itself. A practical dimension is achieved, which points to a historical awareness that involves the perception of the past, present and future that collide.

Keywords: Reading the city. Narrative. Experience. Barão de Cocais. Mining.

• Recebido em: 05 nov. 2019 • Aprovado em: 11 dez. 2019 • e-ISSN: 2177-5788

DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2019v45n2p277-306>

Copyright © 2019. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial (<https://br.creativecommons.org/licencas/>) – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devidos créditos à publicação, ao autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

1 Introdução

Em 2015, a história da mineração em Minas Gerais (e no Brasil) mudou de modo drástico quando, por volta das 15:30 de 5 de novembro, a estrutura de contenção de uma barragem da Samarco, empresa controlada pela Vale e pela BHP Billiton, se partiu¹. O rompimento da Barragem de Fundão, na Mina Germano, fez com que 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos devastassem os subdistritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, pertencentes ao município de Mariana. Foram 20 mortos² e milhares de pessoas desabrigadas, além de prejuízos patrimoniais incalculáveis. Seguindo o curso dos rios, a lama percorreu mais de 600 quilômetros pela Bacia do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, até cair na foz no Oceano Atlântico, no dia 21 do mesmo mês. Por todo o caminho, deixou um rastro de destruição: alterou os padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada, varreu do mapa trechos de vegetação nativa, causou a mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre, entre outros estragos ambientais com implicações também nas vidas dos habitantes das áreas afetadas, conforme dados do Ibama (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016).

¹ Segundo Faria (2015), essa não foi a primeira vez que a rebentação de barragem aconteceu no estado. O primeiro registro que se tem notícia é de 1989, quando um rompimento em Itabirito deixou sete mortos. Em 2001, em Nova Lima, outra barragem veio abaixo, retirando a vida de cinco pessoas e deteriorando o meio ambiente, com assoreamento, degradação de cursos hídricos e destruição de mata ciliar. Em Cataguases, em 2003, a ruptura teve maior impacto ambiental, ao liberar cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de litros de resíduos. Na mesma cidade, entre 2009 e 2012, mais um bilhão de litros de rejeitos foi gradativamente despejado sem tratamento no corpo d'água, dessa vez para evitar o rompimento de outra barragem. Em 2014, em Itabirito, o desabamento de um talude deixou três mortos. Essas catástrofes minerárias de maiores proporções coexistem com outras menores, mas nem por isso livre de danos.

² Segundo Senra (2016), a contagem oficial aponta dezenove mortos. A vigésima vítima, nunca considerada pelas estatísticas, é o bebê que a sobrevivente Priscila Monteiro perdeu enquanto estava sendo arrastada pela lama, por mais de um quilômetro.

Pouco mais de três anos depois, às 12:28 de 25 de janeiro de 2019, ocorreu uma nova ruptura, agora em Brumadinho. A barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, embora com menor volume, de 12 milhões de metros cúbicos, foi mais fatal ao se arrebentar: fez 272 vítimas, entre mortos e desaparecidos³. Conforme consta em SOS Mata Atlântica (2019), o rio Paraopeba, atingido diretamente, conduziu parte dos rejeitos até o Velho Chico, um dos mais importantes cursos d'água do país, que teve trechos contaminados com altas concentrações de ferro, manganês, cromo e cobre – ainda que a maior quantidade do minério tenha ficado retida no Reservatório de Retiro Baixo. O impacto humano e ambiental outra vez ultrapassou aquilo que qualquer dado objetivo é capaz de mostrar.

Alguns dias depois, em 8 de fevereiro, foi a vez de Barão de Cocais conforme consta em Agência Nacional de Mineração (2019), se ver às voltas com os perigos de uma barragem. Nada havia se rompido, mas, ainda assim, à 1h, uma sirene soou nas comunidades de Socorro, Tabuleiro, Piteiras e Vila do Gongo, anunciando uma situação atípica na Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco, também propriedade da Vale. Logo depois do episódio, a Agência Nacional de Mineração alterou o nível de segurança da barragem para o índice 2 e, em 22 de março, para o 3, alerta máximo, que indica altas chances de rompimento. Desde então, a localidade vivencia uma angústia e um desespero movidos pelas consequências que a efetivação dessa possibilidade seria capaz de trazer. O talude, paredão de terra na cava da mina, se movimentou em um dia o que costuma ser previsto para mover-se em um ano, o que indica, segundo a própria Vale, um rompimento próximo. Segundo Jucá e Magno (2019), seis milhões de metros cúbicos de rejeitos podem ser despejados sobre a cidade se a rebentação ocorrer. A cidade começou a se preparar para o

³ Conforme Paes (2019), tal como aconteceu em Mariana, a contagem oficial dos mortos de Brumadinho também exclui dois bebês gestados por Fernanda Damian de Almeida e Eliane Melo, ambas falecidas no rompimento.



acontecimento. Pessoas foram tiradas de suas casas, alguns espaços urbanos foram reorganizados e os simulados e o som das sirenes e helicópteros foram incorporados, de maneira forçada, à rotina dos moradores, que se perceberam em meio a uma cidade em risco, conforme notícias que constam em Manuelzão (2019)⁴.

É sobre isso, sobre viver a cidade em risco, que este artigo versa. Trata-se, mais precisamente, de uma tentativa de empreender um relato de experiências em uma Barão de Cocais em estado de alerta. A urbe confunde-se, aqui, com a própria experiência. Como afirma Rolnik (1995, p. 7), a cidade é um “fenômeno [...] capaz de se fazer sentir no corpo de quem dele se aproxima”. E é sentindo-a que se pode narrá-la⁵. Experiência e narração, imbrincadas, evocam um sentido benjaminiano, mas um sentido para além daquele nostálgico e romântico que normalmente lhe é atribuído, de um diagnóstico acerca da decadência da vivência e da arte de contar. Gagnebin (1994) chama atenção para outra perspectiva posta por Benjamin, de uma nova forma de narratividade assentada na abertura. “Cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadeia outra, que traz uma quarta

⁴ Conforme consta em Manuelzão – UFMG – (MAIS DE ..., 2019), ainda que o foco seja em Barão de Cocais, é fundamental apontar que outras cidades mineiras passam pelo mesmo, com diferentes graus de risco e impactos singulares. De acordo com a Defesa Civil do estado, em março, 673 pessoas foram tiradas de casa em Itatiaiuçu, Nova Lima, Ouro Preto e Rio Preto. Outras localidades, como Itabira e Itabirito, também tiveram parte do seu espaço reordenado e a população igualmente passou por simulações. Um levantamento feito por pesquisadores das universidades federais de São João del-Rei, de Itajubá e de Minas Gerais aponta a existência de 10 municípios em situação crítica por sediar barragens de rejeitos com riscos: Barão de Cocais, Brumadinho, Congonhas, Itabira, Itabirito, Itaiutuçu, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto e Paracatu.

⁵ O desejo norteador é configurar, aqui, um movimento contrário àquele que Carvalho, Barbosa e Maia (2019) constatarem como majoritário na cobertura noticiosa sobre a ruptura iminente. Analisando matérias publicadas entre 27 de maio e 3 de junho, por dois dos principais jornais mineiros, Estado de Minas e O Tempo, os pesquisadores apontam a predominância do discurso técnico-corporativo, que se sobrepõe às vozes dos moradores da cidade. Assim, a voz que emerge neste relato é do autor principal, que nasceu em Barão de Cocais e, entre idas e vindas, vive na cidade há mais de vinte e cinco anos, em uma mesma casa, hoje situada em zona sob risco de alagamento no caso de rompimento da barragem da Mina Gongo Soco. A coautora, moradora de Mariana desde 2013, faz aflorar um clamor complementar, de quem antes viu de perto o caso de Fundão.

etc.; essa dinâmica ilimitada da memória é da constituição do relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos” (GAGNEBIN, 1994, p. 13). Empreendida nesses termos, a contação é marcada pelo “não-acabamento essencial” (p. 12).

Mas, do antigo modo de narratividade, este relato espera guardar duas características: uma feitura artesanal e um senso prático. Benjamin (1994a) fornece pistas para isso. O autor observa que a narrativa é uma maneira artesanal de comunicação que surge da imersão do fato propriamente dito na existência do sujeito que o conta, que nele deixa marcas. O corpo que sente a cidade, como diz Rolnik (1995), se reflete no relato, porque é por ele atravessado. Talvez pela vivência do risco, por *senti-lo diariamente no próprio corpo, a dimensão utilitária também* apontada por Benjamin seja reforçada: quer-se, pela potência narrativa como processo de tomada de consciência, inscrever uma possibilidade distinta para Barão de Cocais, capaz de reservar ao município um destino diferente daquele vivido em Mariana e em Brumadinho, assoladas tão drasticamente pela máquina minerária, essa pulsão exploratória e destrutiva destacada por Wisnik (2018) como inerente à extração mineral.

Em Benjamin também se busca uma estratégia: a da montagem. Ao narrar, contando a história de Barão de Cocais, pretende-se dar significado e legibilidade à cidade, em suas condições atuais. “A imagem urbana de Benjamin [é] um recorte de quadros e detalhes selecionados pela memória e localizados alegoricamente, [...] imagem descontínua, produzida aos saltos” (FERRARA, 1990, p. 8). Ou seja, transformar a cidade em uma narrativa requer interpretá-la como um objeto detalhado que, se bem explorado, tem muito a dizer. Ferrara (1986) afirma que é adequado entender ruas, avenidas, passeios, praças, casas ou prédios como elementos complementares, fatores de um conjunto. Para ela, o espaço urbano é resultado dessa soma, que dinamiza estruturas. Todo esse contexto molda o significado da cidade e toda mudança enfrentada altera

sentidos. Semelhante proposição faz Lefebvre (2001, p. 54) ao considerar que “a cidade [é] escrita e prescrita, isto quer dizer que ela significa: ela ordena, ela estipula”. E ela o faz, como crê o autor, pelo inacabamento que, além de marcar a narrativa, configura a cidade enquanto algo dinâmico, distendido. Cabe à leitura decifrar esses significados abertos, por meio de uma montagem singular.

A montagem proposta neste texto tem início com um resgate histórico que, pulando por diferentes momentos do passado, tenta traçar a relação entre Barão de Cocais e a mineração, desvendando como esta se entrelaça com aquela, em seu valor de troca (lucro e proveito advindo de uma) e de uso (beleza e encanto de outra). Em seguida, elenca-se elementos da contemporaneidade que revelam o esgarçamento do tecido urbano, fissurado pela mesma atividade minerária que lhe deu forma ao longo dos séculos. Ambas as seções são entremeadas por reflexões teórico-conceituais sobre a cidade, amarradas no fim do percurso a partir de uma ponderação acerca da relação entre passado, presente e futuro que se chocam no espaço urbano, como expectativa.

2 Sobre Viver a Cidade

A cidade possui uma linguagem própria. Se for entendida enquanto textualidade, ela está sempre sendo escrita. “É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases” (ROLNIK, 1995, p. 18). É nessa escrita que, segundo Lefebvre (2001), a definição de cidade se esboça, como projeção sobre um determinado lugar, isto é, ela é tanto um espaço físico quanto as percepções e concepções mentais acerca dele. Contudo, no cotidiano, os significados da escrita e as compreensões sobre a espacialidade urbana podem passar despercebidos. A vivência rotineira do espaço em muitos casos é capaz de banalizar sua apreensão. Enquanto modelam a urbe, os indivíduos não ponderam sobre a cidade ideal e nem mesmo sobre a cidade que efetivamente está sendo

constituída, como assegura Lefebvre (2001). Mesmo no interior, em uma localidade com população estimada de 32.485 pessoas, conforme dados do IBGE (2019), em que supostamente o ritmo de vida é mais lento, as tarefas diárias inserem os sujeitos em um ciclo contínuo de atividades, repetitivas e com horários demarcados. O tempo para fruição e interpretação da cidade normalmente se torna diminuto.

O mesmo vale para as transformações que nela se processam. Dia após dia a paisagem urbana se altera e é preciso olhar atentamente cada detalhe para perceber as mudanças. Uma série de coisas ocorrem a todo o tempo, sem que praticamente ninguém note: o surgimento de um buraco na rua, a nova cor pintada em um muro, uma placa afixada em algum lugar, uma construção demolida e outra edificada, um tradicional comércio que deixa de existir ou é substituído; variados aspectos físicos e estruturais podem ser redimensionados sem que sejam reparados. Mesmo sem ser distinguidas conscientemente, essas modificações deixam marcas na cidade. É o que Ferrara (1990, p. 3) chama de máscaras da cidade, capazes de evidenciar “o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutriram, através dos tempos, o cotidiano dos homens”. A apropriação urbana, por mais espontânea e automática que seja, se visibiliza, no espaço e nos corpos que o habitam.

Em alguns casos, as máscaras são constituídas de um jeito mais disruptivo. Uma transfiguração brusca pode se dar. Quando se pensa nas alterações causadas pela mineração, é possível constatar que muitas se deram assim. Em Barão de Cocais - ainda que, com esse nome, a cidade só exista desde 1º de janeiro de 1944, a partir da validação de um decreto de lei que emancipa o então distrito de Morro Grande, parte do município de Santa Bárbara -, historicamente, parte das alterações mais significativas se sucederam dessa maneira. A Mina Gongo Soco, cuja barragem hoje periga romper-se, remonta ao século XVIII. O ouro aí descoberto motivou a

aglomeração populacional. Como lembram Alves e Diniz (2008), é a existência de minério que impulsiona o nascimento da cidade enquanto tal.

“A presença de recursos minerais em uma região pode determinar a criação de cidades cuja localização não possui outra razão senão a de agrupar os elementos técnicos e população, necessários à sua exploração” (GEORGE, 1983 apud ALVES; DINIZ, 2008, p. 84). É essa mina que então banca os avanços da cidade. Industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social são aspectos inseparáveis, embora conflitantes, de um mesmo processo, como propõe Lefebvre (2001), o que também pode ser constatado nesse caso.

Ainda no século XVIII, quando o Barão de Catas Altas, João Batista Ferreira de Souza Coutinho, assumiu a mina, a exploração do ouro e o investimento urbano se intensificaram. De acordo com Vasconcelos (2003), foi o barão quem ergueu na localidade um palácio suntuoso com mil metros quadrados. Todo o ouro extraído da mina era armazenado em um cofre, escondido em um dos cinquenta cômodos da propriedade. A riqueza que se alcançava marcaria a cidade por um longo tempo. Como pondera o autor, durante o apogeu do ouro, nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX, “o Brasil ainda não teve nada tão esplendoroso como os Palácios do Gongo-Soco, [...] as ruínas desses edifícios são a prova real do que pode passar por fábula” (VASCONCELOS, 2003, p. 13).

A ostentação era um valor e um hábito nesse período, que se dava a ver no espaço urbano, a exemplo do que Lefebvre (2001) preconiza, com os mais ricos encenando seu privilégio diante da comunidade, em obras deslumbrantes e em outros embelezamentos suntuosos. É o que observa Vasconcelos (2003, p. 128-129) ao contar um caso que teria ocorrido em uma das festividades realizadas pelo barão no Palácio do Gongo Soco:

- Quero mostrar-lhes uma coisa bonita.

Conduziu os 42 convidados até o varandim da frente do andar, varandim de ferro forjado na Bélgica. Apoiando as mãos no balaústre, fez um sinal com a cabeça. Subiram então, soltados do Largo do Cruzeiro, três foguetes de vara, que rebentaram bem alto. Viu-se uma fumaça e, contra o sol da tarde, uma poeira dourada caía, devagar, nos ares claros. O Capitão apontou-a:

- É ouro. É poeira do ouro que mandei colocar nos foguetes pra vosmecês verem...

- Chove ouro, meu Deus...

- O Tenente Pedro Alves, severo varão de virtudes espartanas, comoveu-se também:

- O ouro cai do Céu!

A poeira caindo, desapareceu da vista abismada dos presentes. Mais três foguetes subiram. O mesmo fato se reproduziu. O próprio Capitão amolecia na volúpia daquele espetáculo:

- É muito bonito... Vejam como brilha...

Dez, vinte, quarenta foguetes espocaram, deixando cair a esteira brilhante de pó sobre a terra.

Após ser comandada pelo Barão de Catas Altas, a Mina Gongo Soco foi administrada por empresas inglesas entre 1824 a 1856. Nessa época ela ganhou fama mundial pela tecnologia implementada. Segundo Eustáquio Neto (2008), por meio da extração subterrânea, ela atingiu o ápice da sua produção, com a retirada de 12.887 quilos de ouro. O funcionamento da mina seguiu modificando a paisagem urbana. Uma vila inglesa, por exemplo, chegou a ser construída no local, da qual ainda há ruínas⁶. Ademais, a conquista do espaço foi guiada pela corrida do ouro, com a "ocupação na encosta de um grande morro. Casas foram construídas ao longo dos meandros do rio, dando forma aonde mais tarde formou-se a primeira estrutura urbana da cidade" (ALVES; DINIZ, 2008, p. 87). O valor de troca, lucro e proveito minerador, impõe configurações ao espaço, ainda que haja prioridade do valor de uso, do apego ao que se ordena. Nesse caso, é possível constatar como tudo isso é incorporado à identidade cocaiense paulatinamente. O hino da cidade, composto por Lygia Maria Silva, em 1985,

⁶ Conforme consta no site Vale (2017), em 1995, o conjunto de ruínas de Gongo Soco foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.



imbrica esses dois valores, ao entoar “riquezas tão grandes, tamanhas, das maiores de Minas Gerais; são mais belas as altas montanhas que emolduram Barão de Cocais”. Ou, ainda, ao enaltecer um território recoberto de ouro que vale, acima de tudo, pela importância afetiva: “Diz seu solo: ‘que imenso tesouro dos mais ricos metais eu encerro. Esta terra é um coração de ouro a pulsar em um peito de ferro’”.

O fim do ciclo do ouro não findou essa história, mas a modificou. Na década de 1960, Mina Gongo Soco passou a produzir também minério de ferro. Há, nesse momento, mais transformações da cidade. Em 1980, a população de Barão de Cocais era de 12.703 habitantes; em 2010 esse número chegou a 23.391. O aumento populacional é parcialmente explicado pela intensificação da mineração, conforme pontuam Alves e Diniz (2008). Para os pesquisadores, também é ela uma das responsáveis pela ampliação da renda local. De 1996 a 2000, o Produto Interno Bruto de Barão de Cocais foi de 59 a 162 milhões. De acordo com eles, a ocupação do território igualmente se modificou motivada pela mineração e por serviços afins, sobretudo a partir de 1988, com a aquisição e reativação de uma usina siderúrgica pela Gerdau, que estabeleceu loteamentos para abrigar seus funcionários e concentrou a maior parte dos comércios e serviços perto da empresa, em uma área geograficamente reduzida. O crescimento não foi exatamente orientado, na acepção dada por Lefebvre (2001) à expressão: equilibrado e harmonioso. O desenvolvimento central ao entorno de um pátio industrial fez com que a poluição atmosférica se tornasse parte da paisagem urbana, uma constante na vida dos moradores, em enlace ambíguo com a dinâmica do interior, de ares mais puros.

Em 2000, a mineradora Vale adquiriu a mina do Grupo Santa Inês/Mineração Socoimex. Já em 2001 a empresa optou por paralisar as pesquisas focadas na extração do ouro e voltou toda a produção local para o ferro, como conta Eustáquio Neto (2008). Foi com a Vale que, há cerca de 11 anos, a cidade vivenciou um impasse protagonizado pela exploração do



minério, que demonstrava como a atividade minerária poderia ser cruel com os habitantes das regiões que tangencia. A empresa apresentou um projeto para inundar parte do distrito Cocais.

A proposta inicial previa que o local abrigasse a Barragem de Contenção de Rejeito Norte, pertencente ao Complexo Minerador de Brucutu. Para isso, parte da população precisaria ser realocada. A Capela São José do Brumadinho, que também seria coberta, teria de ser reconstruída em um novo lugar. A situação causou comoção e a opção foi readequada⁷. Esse episódio, um entre tantos que podem ser resgatados da história mais recente, testemunham a maquinação exercida pela mineração. Por maquinação entende-se o que Wisnik (2018) conclui sobre a atuação da atividade minerária, presumida a partir de uma releitura de Carlos Drummond de Andrade, poeta itabirano que, para o autor, tem toda a sua obra marcada pela influência da mineração. Com base na concepção do artista, Wisnik sinaliza a maquinação como presença da “tecnociência contemporânea e [d]os dispositivos de dominação e exploração do mundo agindo sobre todas as esferas objetivas e subjetivas da existência” (WISNIK, 2018, p. 213).

⁷ Reconstituir essa história foi um desafio. Joel Candau (2011) reforça que, além de nos modelar, a memória também é por nós modelada. Os avisos da missa de domingo são o primeiro condutor dessa história e parecem ser a única lembrança noticiosa do acontecimento. A atual gestão da Secretaria de Cultura e Turismo alega nunca ter ouvido nada sobre ele. O Centro de Referência Histórica da cidade, que está fechado, não pode ser acessado para resgatar alguma informação. É impossível não sentir a sensação de que essa história foi somente imaginada. Questionar as pessoas é fundamental para saber se tal fato aconteceu de verdade. O contato com a gerente de assuntos comunitários da Vale não traz nenhum retorno. Do início da lembrança, uma luz surge quando o pároco da cidade comenta os poucos detalhes que se recorda e indica dois moradores da região. Pelo telefone, um deles não consegue lembrar a data exata do ocorrido, mas comenta sobre o que seria alterado na paisagem do distrito. A resposta de um e-mail enviado para a associação comunitária traz resumo dessa saga que busca rememorar um marco semelhante ao momento atual vivido por Barão de Cocais. No documento registrado pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana - COPAM - (2011), estão algumas reivindicações dos moradores feitas na época, em função da proposta da Vale, pautadas em uma Audiência Pública realizada em 27 de março de 2008, que é capaz não apenas de comprovar a história, mas de entendê-la com mais detalhes.



Isso implica, no caso da Itabira drummondiana, em transformações singulares, das aparentemente insignificantes às mais expressivas, culminando na montanha pulverizada e no desencanto diante dela, narrados em um poema de 1973 por quem então vê a sua serra (“a minha serra, a serra de meu pai e meu avô, de todos os Andrades que passaram e passarão”) destruída (“britada em bilhões de lascas, deslizando em correia transportadora, entupindo 150 vagões no trem-monstro de 5 locomotivas [...], deixando no meu corpo a paisagem mísero pó de ferro, e este não passa”). Em Barão de Cocais, mais ou menos 11 anos atrás, a maquinação foi em partes barrada em sua dimensão objetiva, na permanência espacial do distrito que não chegou a ser inundado. Subjetivamente, contudo, ela seguiu intervindo nos afetos dos sujeitos, sensibilizados pela percepção de uma terra que pode ser facilmente tomada pela mineradora.

A maquinação tomou outro rumo alguns anos depois. No dia 29 de abril de 2016 a Vale encerrou as operações na Mina Gongo Soco, que era especulada desde 2011. Nos anos que antecederam a paralisação, alguns funcionários começaram a ser transferidos. Um dos destinos mais próximos foi a cidade vizinha, São Gonçalo do Rio Abaixo, onde as atividades na Mina de Brucutu foram intensificadas⁸. Pela proximidade, a exploração em Brucutu continuou contribuindo para a economia local, segundo Alves e Diniz (2008). Ainda assim, uma mudança distinta se processou na cidade, pela insegurança que pairou sobre os moradores. Conforme dados da Prefeitura, com o fechamento da Gongo Soco o fundo municipal deixaria de arrecadar cerca de dois milhões de reais e a cidade também pararia de receber quatrocentos mil reais provenientes da Compensação Financeira pela

⁸ Em 2019, conforme consta em Agência Brasil (2019), as operações na Mina de Brucutu têm enfrentado obstáculos. Entre 1º de fevereiro e 16 de abril de 2019, as atividades foram judicialmente paralisadas, em função da insegurança da Barragem de Laranjeiras. No dia 7 de maio, uma nova ordem judicial interditou a mina, o que perdurou até o dia 18 de setembro. Em 2 de dezembro, uma nova suspensão, com estimativa de um ou dois meses, foi decretada.

Exploração de Recursos Minerais - CFEM. Chegou-se a acreditar no fim de uma era extrativista.

Das transformações sutis às mais consideráveis, toda a história compartilhada entre a cidade e a mineração criou textos possíveis, palavras e frases montadas com o alfabeto urbano, como afixação ser possível, Rolnik (1995). No entanto, o fluxo aparentemente naturalizado do estar na cidade, do tempo que corre contra a fruição e a interpretação, costumeiramente as impediram de ser lidas, decifradas. Quando uma situação de risco é iminente, essa decodificação se faz urgente. O valor de uso da urbe, do que traz de beleza e encanto, como ajuíza Lebevre (2001), impulsiona uma tentativa de resgate daqueles que amam sua cidade. Na Barão de Cocais, de 2019, sob alerta máximo, na medida em que a maquinação se salienta de modo objetivo, de uma cidade que se reorganiza, e subjetivo, com um tecido social que se rasga; a leitura urge dos moradores que com ela estabelecem laços de afetividade.

3 Sobre Viver em Risco

Com a possibilidade de rompimento da Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco, uma parte do espaço urbano de Barão de Cocais precisou ser reestruturada. Muito mudou: algumas pessoas precisaram sair de seus lares e se instalar em novas casas, alguns órgãos foram transferidos de lugar, agências bancárias provisórias precisaram ser instaladas, parques, ginásios e uma praça de eventos viraram pontos de encontro pré-estabelecidos, placas foram colocadas para sinalizar rotas de fuga e calçadas foram pintadas de laranja para demarcar o caminho que os rejeitos percorrerão se a barragem arrebentar. Além disso, as simulações com instruções de como agir em caso de rompimento foram realizadas pela Defesa Civil estadual entre março e maio. Porém, toda a insegurança instaurada nesse cenário remodelado não foi suficiente para impedir que a vida na cidade continuasse, ainda que ferida em sua dinamicidade. Mesmo sob tensão, o



espaço urbano flui, os indivíduos continuam a circular nas ruas, seguindo com suas rotinas quase intocadas.

Mas o “quase” é significativo. Embora (até agora) não tenha havido uma fratura completa com a normalidade, a vida é redimensionada quando uma cidade até então entendida como tranquila passa a ser considerada como um local de perigo constante. A possível ruptura da Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco integra o cotidiano da cidade, em uma camada mais profunda, da “vida cotidiana dissimulada: seus ritmos, suas ocupações, sua organização espaço-temporal, sua ‘cultura clandestina’, sua vida subterrânea” (LEFEBVRE, 2001, p. 67). Como ressaltam Carvalho, Barbosa e Maia (2019, p. 3), existe uma tangibilidade singular no que se processa em Barão de Cocais: “o que configura o acontecimento das catástrofes minerárias brasileiras como Fundão e Córrego do Feijão ainda *não se deu*, visto que não houve rompimento. Mas, ainda assim, *algo aconteceu*”. E o acontecido se dá modos singulares. Para alguns, foi o direito à própria casa que foi tolhido. Quatrocentos e noventa e dois moradores foram tirados de suas moradas, todos das comunidades de Socorro, Tabuleiro, Piteiras e Vila do Gongo, localizadas na Zona de Autossalvamento, isto é, na primeira área a ser atingida em eventual ruptura, regiões a até 10 quilômetros ou 30 minutos da barragem. Nelas, cada indivíduo deve se responsabilizar pelo seu salvamento e se dirigir a uma área considerada segura. De acordo com um informativo divulgado pela Vale (2019), na Zona de Autossalvamento não há tempo para os órgãos públicos agirem para amparar quem estiver nesse perímetro.

Já as cerca de 6.000 pessoas que vivem na Zona de Segurança Secundária, que supostamente teriam tempo suficiente para evacuar o local antes de a lama chegar, em pouco mais de uma hora, foram treinadas para o caso de ruptura, por meio de simulados de fuga. É nessa zona em que há calçadas pintadas de laranja, indicando o percurso possível dos rejeitos. Laranja também está a ponte que passa sobre o principal rio da cidade, que

carrega o nome do padroeiro de Barão de Cocais, São João Batista (Figura 1).

O Rio São João, que perpassa as avenidas da região central da cidade, bem como os demais córregos e rios que nele desaguam, se tornaram uma ameaça, pois, em eventual rompimento, se o nível da lama de rejeitos for muito intenso, não haverá um escoamento desejável e o risco de inundações em áreas centrais e mais afastadas é alto. O alaranjado lembra diariamente aos que ali circulam sobre a ameaça. A esses habitantes, outros direitos foram ameaçados: o direito à obra e à apropriação, entendidos como prerrogativa a tomar parte ativamente do espaço e a fazer desse espaço algo de seu, como delinea Lefebvre (2001).

Figura 1 – Ponte sobre o Rio São João.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

Outras mudanças também podem ser notadas. O possível rompimento da barragem e sua capacidade de destruir os recursos hídricos da cidade

conduziram à reordenação do espaço urbano. Perto do Rio São João, separada por apenas uma rua, está o Fórum Omar Avelino Soares (Figura 2).

Figura 2 – Fórum Omar Avelino Soares sinalizado como local de risco.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

A proximidade, de cerca de 50 metros, fez com que uma das primeiras modificações em consequência do possível rompimento fosse a retirada de todos os documentos do local e realocação em um novo endereço. Outra vizinha do Rio São João é a Escola Estadual Coronel Câncio de Albuquerque. As águas que cortam o centro da cidade trilham seu curso por detrás do colégio e, por mais que se acredite existir um tempo de segurança para evacuar o espaço caso a barragem se rompa, a instituição de ensino transferiu suas atividades para outro prédio, localizado fora da área de risco. A fachada pintada de azul e decorada com as letras do alfabeto e alguns motivos lúdicos permanece intacta (Figura 3), porém o portão sempre fechado indica que já não há mais alunos nem professores. O valor de uso, de habitar o espaço, como crê Lefebvre (2001), se esvaiu.

Figura 3 – Escola Estadual Coronel Câncio de Albuquerque fechada.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

A falta de informações concretas em um cenário perene torna tudo mais complexo. A espera pelo o que pode acontecer, sem a dimensão das devidas proporções, cria uma linha tênue entre o que pode ser considerado uma medida de proteção ou precaução e uma providência precipitada. Nas adjacências da Praça Nossa Senhora Aparecida ficam localizadas a maioria das agências bancárias de Barão de Cocais. A distância que separa a localidade do Rio São João é de aproximadamente 200 metros. Ainda assim, em maio, os bancos encerraram o funcionamento e os cidadãos ficaram impossibilitados de realizar transações bancárias. Para resolver a questão, agências móveis foram criadas em outros pontos da cidade (Figura 4).

Figura 4 – Agência bancária móvel instalada na cidade.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

Uma das agências, no entanto, não abriu mais as portas e os seus usuários são levados por um ônibus fretado até Santa Bárbara, cidade vizinha.

Durante a semana, o horário de pico que afeta os grandes centros pode ser percebido em menor proporção pelos moradores do interior. A partir das 17 horas, há um pico do movimento urbano. É nesse horário que as pessoas começam a retornar do trabalho ou da escola, criando um trânsito relativamente intenso. Os ciclistas, sem ciclovias à disposição, também transitam entre os veículos. Vez ou outra é possível se deparar até com cavalos servindo de meio de transporte. Dividindo espaço com todos eles, algumas pessoas andam a pé, se exercitando pelas avenidas. O fluxo, um tanto caótico, é organizado por sinalizações variadas. Novos ordenadores foram adicionados desde fevereiro. Além das calçadas laranjas, placas azuis e laranjas indicam rotas de fuga, caminhos em direção aos pontos mais altos da cidade, mais seguros em caso de rebentação da barragem (Figura 5).

Figura 5 - Novas sinalizações adicionadas à paisagem urbana.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

Nem sempre o trajeto indicado segue as regras do trânsito ou dialoga com o que propõem outras placas, antes dispostas pela cidade. O “pare” nos cruzamentos apontam uma parada obrigatória para os veículos que ali circulam normalmente, contradizendo a rapidez que se espera de uma fuga. A rota, igualmente, contraria as indicações de mão e contramão.

O conflito entre as marcações prévias e as que foram motivadas pelo cenário atual se manifesta ainda em outro ponto. O laranja que marca placas e calçadas da Zona de Segurança Secundária se mistura a outras coisas, originalmente dessa cor. Muros, portões e fachadas alaranjados se harmonizam (ou competem?) com as novas marcações (Figura 6).

Figura 6 – O novo laranja se mistura ao que já figurava no espaço.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

Todos eles, juntos, evocam algo mais. O circuito, sinalizado com um tom tão vibrante, parece esperar algo grandioso. A lembrança religiosa da cidade, por exemplo, traz outro sentido. Construído entre 1764 e 1785, primeiro projeto arquitetônico de Aleijadinho, como consta Estrada Real

(2019), em Santuário de São João Batista, o Santuário São João Batista concentra a vida religiosa da população cocaiense.

Ao longo desses anos, no dia 24 de junho, é realizada uma procissão em celebração ao dia do padroeiro e ao aniversário da cidade. Boa parte do percurso do cortejo está localizada na zona agora alaranjada. De alguma forma, pelo tom bastante forte e até festivo do laranja, o circuito tingido dessa cor traz à memória a procissão. Mas essa rememoração é ressignificada por outros elementos, em especial pelas placas de rota de fuga, a marcar um caminho que nada tem de devoção ou comemoração.

Essa redefinição se dá também porque, ao seguir esse trajeto, não é à igreja que se chega. Tampouco é a reza ou a benção que se põe como fim. Nos denominados pontos de encontro (Figura 7), há *banners* pendurados que, em letras miúdas, ensinam o que fazer em caso de rompimento – uma comunicação de eficácia duvidosa, considerando como essas orientações seriam encaradas em momento de desespero. Em um desses pontos, a Praça de Eventos José Furtado, que normalmente abrigava os maiores eventos culturais da cidade, o espaço foi reconfigurado como local de refúgio caso algo aconteça. Mas é curioso como, proposto como zona de encontro, o lugar passa a antever dispersão. Lembra uma cidade pulverizada, desprovida daquilo que, segundo Lefebvre (2001), marca a urbanidade: a possibilidade de participação de uma vida social, de uma comunidade. “O direito à cidade [...], à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2001, p. 139).

Figura 7 – Ponto de Encontro no Parque Fazenda Soledade.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

As novas máscaras de Barão de Cocais, para utilizar a expressão de Ferrara (1990), não apenas modifica a urbe, igualmente impacta em valores e usos, em desejos e crenças dos indivíduos que a habitam. A preocupação com o futuro do município e o medo das consequências do que há de vir constantemente são inscritos no espaço público em reordenações diversas tanto quanto no cotidiano dos moradores, tornando-se pauta do vai e vem das palavras. É dos corpos que os sentem que se manifestam publicamente. É possível, por toda a cidade, ouvir pessoas conversando sobre o rompimento iminente. Se anteriormente o som de um helicóptero poderia passar despercebido, agora o sobrevoo das aeronaves chama atenção e instaura uma apreensão capaz de originar novas condutas. O mesmo acontece com os carros de som, que, se antes podiam ser inconvenientes apenas em função da imposição de uma propaganda ou um anúncio qualquer, hoje provocam inquietações de outra ordem, porque sabe-se que, em caso de rompimento, o alerta também virá por meio dele, responsável por ajudar a mobilizar a população (Figura 8).

Figura 8 – Carro de som que será usado em caso de emergência.



Fonte: Reprodução de fotografia realizada pelo pesquisador, em 2019.

As obras emergenciais na Mina Gongo Soco para a construção barreiras capazes de reduzir os impactos do rompimento iminente, anunciadas em agosto, e no Rio São João, visando a limpeza e desassoreamento para evitar enchentes, divulgadas em outubro de 2019, ainda soam como duvidosas quando se recorda da força de destruição da lama de rejeitos que devastou Mariana e Brumadinho⁹.

Mais ainda quando a memória local é acionada. Entre 2008 e 2013, constantemente após chuvas intensas, o córrego Corta Goela, que cruza

⁹ Como relata um vídeo disponível no *The Intercept Brasil* (2019), pode-se constatar que há suspeita-se ainda que um jogo de interesses perpassasse parte das obras anunciadas pela Vale como emergenciais. Desde junho de 2019, o Ministério Público Federal de Minas Gerais investiga se há favorecimento a projetos da Vale, movido pelos rompimentos já efetivados e pelas ameaças de rupturas. Desconfia-se que, alegando caráter de urgência, a empresa esteja burlando processos mais complexos para a liberação de novos empreendimentos, como a apresentação de proposta detalhada de intervenções e de estudos de impactos e a divulgação de danos socioambientais. É o que parece ter acontecido no caso da própria Gongo Soco.

parte do bairro Capim Cheiroso e cujas margens também estão sinalizadas pelo laranja, invadiu ruas do bairro, que demonstrou ter infraestrutura pluvial precária. Durante esses anos, por algumas vezes, os moradores presenciaram as águas do ribeiro entrando em seus lares. De certa forma, para vários habitantes de Barão de Cocais, a possibilidade de um alagamento não é novidade. No entanto, eles desconhecem o estrago que uma enchente movida por lama de rejeitos poderia provocar. Por isso, uma sensação maior de fragilidade e perenidade se impõe. A água e a lama podem vir, lavar e levar partes inteiras da cidade e da vida de seus habitantes, sem se importar com nada, em mais uma demonstração de força da máquina minerária, sempre tão presente na cidade, mas ainda não vista em toda a sua intensidade de aniquilamento.

4 Considerações Finais

Lefebvre (2001, p. 27), ao pensar a urbanidade, coloca no valor de uso coletivo da cidade sua razão de ser. Ele analisa como, historicamente, foi necessária “a destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente [...] uns poucos elementos de realidade urbana”. Esse parece ser o ponto em que se encontra, agora, Barão de Cocais. O passado, de uma cidade marcada pela atividade minerária, e o presente, de uma cidade sob o risco trazido pela mesma mineração, colidem. Carvalho, Barbosa e Maia (2019) observam a existência de um tempo impreciso, simultaneamente estreito, assinalado pela ligeireza impressa pelas simulações e sirenes, e ampliado, pela incerteza presentificada pela memória dos rompimentos anteriores, construída tão vividamente pela mídia, e da maquinação mais próxima, inscrita na história própria do município. Recorrendo à Benjamin (1994b), entende-se, contudo, que esse embate só se torna visível ao ser dotado de sentido. A narração, acredita-se, cumpre esse papel. Ela tem “um princípio construtivo [...] Quando o pensamento para, bruscamente, numa

configuração saturada de tensões, ele lhe comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada” (BENJAMIN, 1994b). Daí porque o relato aponta também para o futuro.

O passado e o futuro, como também pondera Koselleck (2006), não se opõem no presente. O autor trabalha com dois conceitos, complementares, que julga importantes para a atualidade: experiência (acontecimentos passados elaborados e tornados atuais) e expectativa (futuro realizado no hoje, não experimentado, mas previsto). A narrativa da cidade também pode ser pensada por meio deles. “Não se pode ter um sem o outro: não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (p. 307), afirma, antes de considerar, mais a frente: “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (p. 313). O que tem sido experimentado e esperado pelos cocaienses, entre mudanças na urbanidade que conhecem, se interligam no agora, no tempo se configurando.

Quiçá, o que mais se destaca, na contação aqui proposta, é um estado de suspensão entre esses dois instantes. Lefebvre (2001), ao se questionar sobre as especificidades da cidade, chama em causa uma certa racionalidade, marcada, entre outras coisas, pelas exigências de uma previsão referente ao futuro. Quando a experiência (de Mariana, de Brumadinho, mas não só, também a biografia prévia de Barão de Cocais) sinaliza uma expectativa que se recusa, a inquietude toma conta, porque rompe com aquilo que se confia à cidade. Não é à toa que o termo terrorismo de barragem¹⁰ começa a ganhar força, conformando uma insatisfação ao

¹⁰ Conforme consta no Gabinete de Crise - Sociedade Civil (2019), o termo terrorismo de barragem se reporta à organização formada por diversos movimentos e atores sociais para fazer frente ao gabinete criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais após o rompimento da barragem em Brumadinho.



modo como a situação da urbe e dos seus moradores tem sido configurada, refém de uma violência que desorganiza a cidade enquanto tal. Narrar a Barão de Cocais de 2019, por tal viés, torna-se um ato de tomada de consciência história e, por isso mesmo, resistência, de quem, mesmo afetado, entrevê entre experiência e expectativa um destino que lhe seja esperançoso. Da consciência histórica almeja-se achar uma chave para enxergar outros possíveis. Parafraseando Koselleck (2006), poderia assim acontecer de uma antiga determinação relacional viesse a readquirir seus direitos: quanto maior a experiência, tanto mais cautelosa, mas também tanto mais aberta a expectativa.

A abertura, que se deseja, inscreve o senso prático: não repetir a história. Isso se estabelece com mais força quando se olha para o que acontece em cidades antes atingidas pelas rupturas de barragens. Em 5 de novembro de 2019, quatro anos após o rompimento em Mariana, aproximadamente 200 moradores do local bloquearam a MG 129, justamente na saída da rodovia que leva a Barão de Cocais. Não se tratava de uma manifestação memorialística, mas uma reivindicação pela reparação dos danos causados. A Samarco, já liberada para voltar a operar no município, até hoje não resolveu a situação da população: 326 famílias não foram reassentadas e milhares de trabalhadores (pescadores, agricultores e comerciantes sem fonte de renda) não foram indenizados. Na mesma data, no Espírito Santo, 500 pessoas protestaram, paralisando a ES 248, em Linhares. A pauta ambiental apareceu nas exigências, conforme o MAB (2019), em especial pelo risco de contaminação da Lagoa Juparanã, a segunda maior em volume de água do Brasil, problema que até então não foi solucionado. Tampouco foram tomadas providências em relação a outros prejuízos, sobre os quais sequer se tem dimensão. Conforme Maciel e Pina (2019), os indivíduos dessas regiões continuam sem informação sobre os riscos de curto, médio e longo prazo à saúde pelos rejeitos lançados na terra e na água – em Mariana, por exemplo, sabe-se que a poeira das casas ainda

está contaminada com metais pesados. Tomar consciência, diante desses presentes, mirando passados e futuros, significa pleitear, desde já, um destino diferente para Barão de Cocais. O que passa, necessariamente, por retomar a vivência da cidade, para além do risco.

Sobre isso, um último aspecto torna-se pungente neste relato. Às palavras, acompanhou-se um relato visual (Figuras numeradas de 1 a 8). Nas fotografias, é possível notar a ausência de moradores. Em apenas uma delas, avista-se um homem de vestes laranjas, que se mistura com o alaranjado dos ladrilhos de uma construção e com o meio-fio repintado para demarcar o caminho dos rejeitos em caso de rompimento da barragem. No mais, o espaço urbano encontra-se, nelas, esvaziado daqueles que pode lhes dar sentido. Não foi uma decisão feita de modo deliberado no momento da produção ou da seleção das fotos. Ainda assim, essa ausência indicia um significado importante, a ser decifrado. Dizia-se, anteriormente, que, mesmo sob tensão, a cidade e os indivíduos que a vivem se mantêm dentro de certa normalidade. Mas era também afirmado: só que algo sucedeu, neles e com eles. O esvaziamento (ir)refletido imagetivamente dá conta do acontecido, nas entrelinhas.

Assim, a constatação de Carvalho, Barbosa e Maia (2019, p. 13), de que com a iminência da ruptura Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco muitos “vive[m], de forma espectral ou fantasmática, o que ainda não ocorreu mas que já o desloca de seu lugar seguro”, é ressignificada por essas fotografias. Sem sujeitos, resta apenas a solidão narrada por Drummond em um poema de 1951: “a máquina do mundo se entreabriu para quem de a romper já se esquivava e só de o ter pensado se carpia” – máquina que, como crê Wisnik (2018), é minerária. E que é minerária também no que se processa em Barão de Cocais. Freá-la requer consciência história e retomada de vivência, ocupação. Milanez e Losekann (2016) vão mais longe ao afirmar que pressupõe coletividade, a coletividade imagetivamente não apreendida, talvez porque ainda inexistente, nesta

cidade e em todas as outras em processo de maquinação¹¹. "É preciso que a sociedade perceba [...] [que] o atual modelo de extração exaure as reservas naturais, degrada o meio ambiente, inviabiliza outras atividades e coloca em risco parte considerável de sua população" (MILANEZ; LOSEKANN, 2016, p. 421). É preciso que perceba e que aja contra enquanto Barão de Cocais ainda resiste.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Justiça suspende novamente Mina de Brucutu, maior da Vale em MG**. 2019. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-05/justica-suspende-novamente-mina-de-brucutu-maior-da-vale-em-mg>. Acesso em: 4 dez. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Nota à imprensa. 2019. Disponível em:

<http://www.anm.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-2013-22-03-2019>. Acesso em: 28 out. 2019.

ALVES, Melina Amoni Silveira; DINIZ, Alexandre Magno Alves. O zoneamento morfológico funcional das cidades médias mineiras: o exemplo de Barão de Cocais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, dez. 2008. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedade_natureza/article/view/9387. Acesso em: 28 out. 2019.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, André Luís; BARBOSA, Karina Gomes; MAIA, Marta Regina. A iminência da catástrofe: tensionamentos narrativos na cobertura jornalística de Barão de Cocais (MG). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., Goiânia, 2019. **Anais...** Goiânia: UFG, 2019. Disponível em:

¹¹ Os autores reconhecem a existência de grupos organizados, entre os quais citam o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Rede Justiça nos Trilhos, o Grupo de Trabalho Articulação Mineração-Siderurgia, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e o Fórum Capixaba do Rio Doce. O problema, contudo, está no alcance de tais grupos, restritos aos atingidos mais diretamente pela atividade minerária, com o restante da sociedade permanecendo alheia. Lopes (2016) acrescenta a essa indiferença social a posição desigual de poder entre os atingidos e as empresas de mineração, que contam também com a cumplicidade (econômica e política) do Estado.

<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/1988/1227>. Acesso em: 4 dez. 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – COPAM. **Parecer único nº 0275/2011**, 2011. Belo Horizonte. MG. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/Robson/Velhas2011/11.1-vale-pu.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

ESTRADA REAL. **Santuário São Batista**. 2019. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br/servico/detalhe/atrativo/Santuario-de-Sao-Joao-Batista/314>. Acesso em: 28 out. 2019.

EUSTÁQUIO NETO, Sérgio. **Avaliação mínero-geoambiental da mina de Gongo Soco da CVRD para fins de descomissionamento**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Geotécnica) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2008. Disponível em: https://www.nugeo.ufop.br/uploads/nugeo_2014/teses/arquivos/sergio-eustaquio-neto.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

FARIA, Marcelo. Barragens de rejeito já causaram diversas tragédias em Minas Gerais, relembre. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 5 nov. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais,705019/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-minas-gerais-r.shtml. Acesso em: 28 out. 2019.

FERRARA, Lucrécia D'Alécio. **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FERRARA, Lucrécia D'Alécio. As máscaras da cidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 5, mar/maio 1990.

GABINETE DE CRISE. **Sociedade Civil**. Crime. 2019. Disponível em: <https://gabinetedasociedade.org>. Acesso em: 28 out. 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil. Minas Gerais. Barão de Cocais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barao-de-cocais/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2019.

JUCÁ, Beatriz; MAGNO, Douglas. O medo de uma cidade sob o risco de um "tsunami" de lma. **El País**, Brasil, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/25/album/1558812631_611002.html. Acesso em: 28 out. 2019.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Raphaela de Araujo Lima Lopes. O caso do desastre socioambiental da Samarco: os desafios para a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristina (org.). **Desastre na Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, 2016.

MACIEL, Alice; PINA, Rute. **Poeira em casas na região de Mariana tem metal pesado 4 anos após tragédia**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2019/11/05/mariana-barragem-fundao-metal-pesado-publica.htm>. Acesso em: 5 nov. 2019.

MAIS de mil exilados pelo terrorismo das barragens. **Manuelzão**, Minas Gerais, n. 84, mar. 2019. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/mais-de-mil-exilados-pelo-terrorismo-das-barragens>.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Considerações finais: desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristina (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão: documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG**, 2016. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>. Acesso em: 28 out. 2019.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Atingidos por Barragens bloqueiam via em Mariana no dia 05 de novembro**. 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-barragens-bloqueiam-em-mariana-no-dia-05-novembro>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PAES, Cíntia. Brumadinho: bebês de grávidas mortas em desastre não estão em listas oficiais de vítimas. **G1**, Minas Gerais, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/07/25/brumadinho-bebes-de-gravidas-mortas-em-desastre-nao-estao-em-listas-oficiais-de-vitimas.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2019.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SENRA, Ricardo. A mãe que sofreu aborto na lama e luta para incluir feto entre vítimas de Mariana. **BBC News Brasil**, São Paulo, 4 nov. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37829548>. Acesso em: 28 out. 2019.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Rejeitos contaminados pelo rompimento de barragem da Vale chegam ao rio São Francisco**. 2019. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/107943/rejeitos-contaminados-de-rompimento-de-barragem-da-vale-chegam-ao-rio-sao-francisco>. Acesso em: 28 out. 2019.

VALE. **Mina de Gongo Soco revela histórias e casos sobrenaturais de Minas Gerais**. 2017. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/mina-de-gongo-boco>

revela-historias-e-casos-sobrenaturais-de-minas-gerais.aspx. Acesso em: 28 out. 2019.

VALE. **Vale atualiza sobre ações de assistência e segurança em Barão de Cocais.** 2019. Disponível em:

<http://www.vale.com/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-atualiza-sobre-acoes-de-assistencia-e-seguranca-em-barao-de-cocais.aspx>. Acesso em: 28 out. 2019.

VASCONCELOS, Agripa. **Gongo Sôco.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

THE INTERCEPT BRASIL. **Vale tudo:** mineradora desapropria moradores para obra abandonada dois meses depois. 2019. Disponível em:

<https://theintercept.com/2019/12/02/vale-panico-mg-obra-inviavel>. Acesso em 4 dez. 2019.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo:** Drummond e a mineração. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.